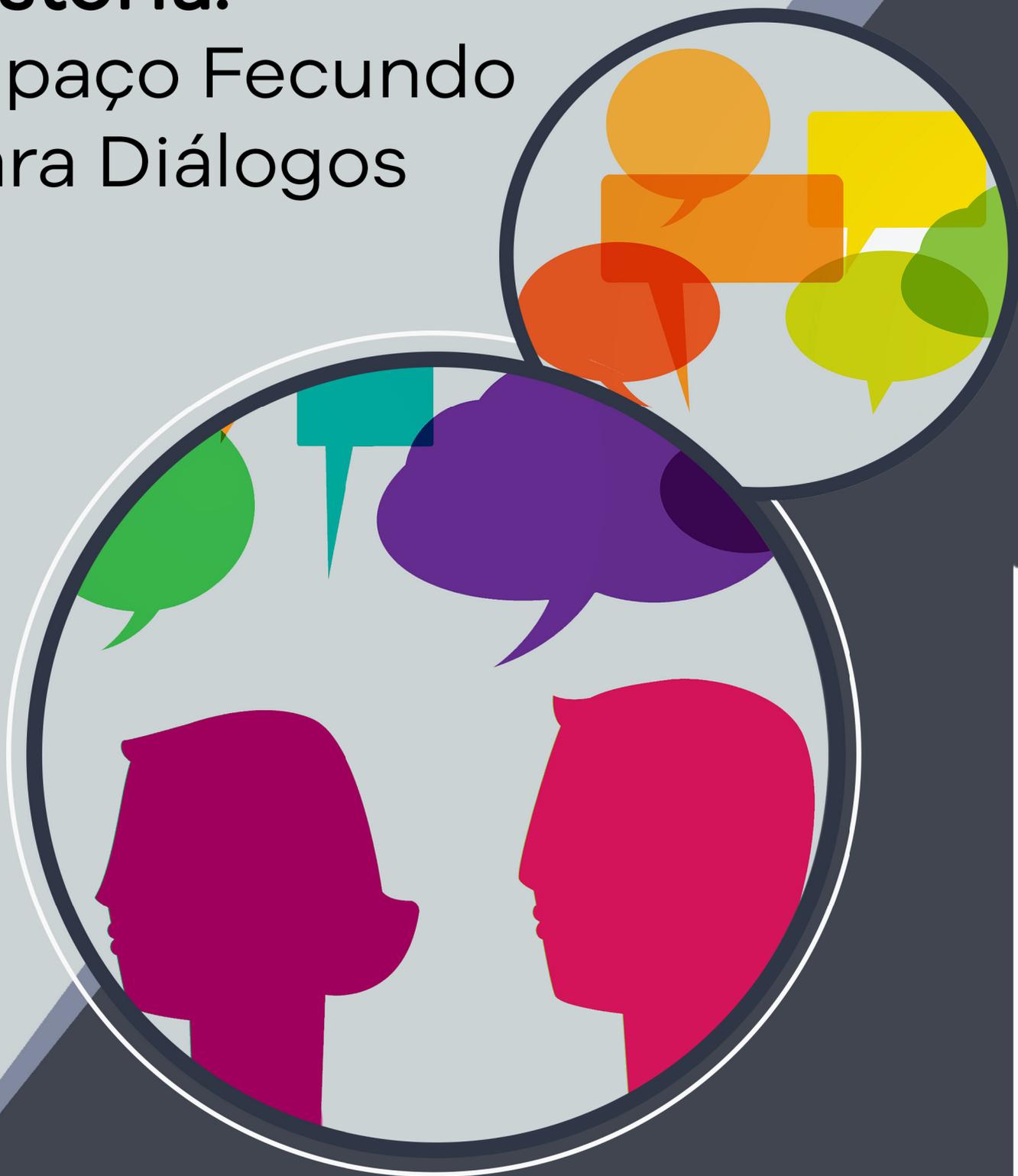


História:

Espaço Fecundo para Diálogos



Denise Pereira
Elizabeth Johansen
(Organizadoras)

Denise Pereira
Elizabeth Johansen
(Organizadoras)

História: Espaço Fecundo para Diálogos

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
H673	História [recurso eletrônico] : espaço fecundo para diálogos / Organizadoras Denise Pereira; Elizabeth Johansen. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-650-8 DOI 10.22533/at.ed.508192709 1. História – Filosofia. 2. Historiografia. 3. Historiadores. I.Pereira, Denise. II. Johansen, Elizabeth. CDD 907.2
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra *História: espaço fecundo para diálogos* oportuniza um olhar diferenciado ao campo da História. Perguntas recorrentes anteriormente como, a História é um campo com especialidades bem demarcadas ou, ao contrário, é tão múltipla que permite infinitas possibilidades de estudo da sociedade? Que “fontes históricas” os historiadores atuais têm acesso para problematizar a vida das sociedades de diferentes épocas? Essas questões, assim como outras, norteiam as discussões historiográficas contemporâneas e se fazem presentes nos diferentes artigos desse livro.

Ao apresentar métodos, aportes teóricos, objetos de estudo privilegiados e fontes históricas utilizadas evita-se delimitar o campo, mas propicia discutir as interconexões existentes entre as diferentes pesquisas divulgadas. Ao mesmo tempo, busca esclarecer as conexões possíveis entre História com outros campos do conhecimento como Sociologia, Antropologia, Geografia, Política, Educação, Religião, Literatura, Museologia, Arquitetura e Arte.

Estudar a sociedade por essa multiplicidade de perspectivas nos leva a constatar que a História é, cada vez mais, um exercício democrático que deve continuar ocupando o centro dos debates atuais.

Esperamos que as leituras destes capítulos possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas reflexões.

Boa leitura!

Denise Pereira
Elizabeth Johansen

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
EM DEFESA DA OPÇÃO DECOLONIAL NOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS: POR UM FUTURO QUE NÃO REPITA O PASSADO	
<i>Jaqueline Berdian de Oliveira</i> <i>André da Silva Pereira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5081927091	
CAPÍTULO 2	15
ENTRE A HISTÓRIA E A LITERATURA: A FRONTEIRA NO <i>CANTO GENERAL</i> DE PABLO NERUDA	
<i>Gabriel de Souza Fagundes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5081927092	
CAPÍTULO 3	27
ENTRE CONCESSÕES E TENSÕES: A RELAÇÃO ENTRE SENHORES E ESCRAVOS EM PALMAS/PR (1860-1888)	
<i>Maria Cláudia de Oliveira Martins</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5081927093	
CAPÍTULO 4	37
DISPUTAS DA MEMÓRIA: DAS FOSSAS ARDEATINAS À BOMBA NUCLEAR	
<i>Douglas Pastrello</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5081927094	
CAPÍTULO 5	47
HISTÓRIA, PASSADO E MEMÓRIA: LEITURAS E APROXIMAÇÕES	
<i>Dehon da Silva Cavalcante</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5081927095	
CAPÍTULO 6	58
NA DISPUTA DAS MEMÓRIAS: A CARACTERIZAÇÃO DOS OBJETIVOS DA LUTA ARMADA NA MEMÓRIA DE SEUS MILITANTES (1968 – 1972)	
<i>Vinícius de Oliveira Masseroni</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5081927096	
CAPÍTULO 7	74
INTRODUÇÃO À ABORDAGEM HISTÓRICO-EDUCACIONAL	
<i>Adelcio Machado dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5081927097	
CAPÍTULO 8	89
EDUCAÇÃO: MEMÓRIAS E HISTÓRIAS DAS EX-INTERNAS DO COLÉGIO IMACULADA CONCEIÇÃO DE MONTES CLAROS NO SÉCULO XX	
<i>Elizabete Barbosa Carneiro</i> <i>Filomena Luciene Cordeiro Reis</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5081927098	

CAPÍTULO 9	97
O SISTEMA DE PENSAMENTO NOS MANUAIS DE ENSINO DO SEMINÁRIO EPISCOPAL DE SÃO PAULO (SEC.XIX)	
<i>Patrícia Carla de Melo Martins</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5081927099	
CAPÍTULO 10	108
O ENTRELUGAR DO CAMPO ESTÉTICO MODA-ARTE: UM CONCEITO CONSTRUÍDO HISTORICAMENTE	
<i>Camila Carmona Dias</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270910	
CAPÍTULO 11	120
PATRIMÔNIOS RECONFIGURADOS: INTERVENÇÕES CONTEMPORÂNEAS EM EDIFÍCIOS HISTÓRICOS	
<i>Gerson Luís Trombetta</i>	
<i>Monique Villani</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270911	
CAPÍTULO 12	132
UM MUSEU EM DESENVOLVIMENTO: A EXPERIÊNCIA DO CENTRO CULTURAL CASTROLANDA – CASTRO (PR)	
<i>Maurício da Silva Selau</i>	
<i>João Paulo Corrêa</i>	
<i>Samara Hevelize Lima</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270912	
CAPÍTULO 13	145
MUSEU MUNICIPAL DE TRÊS ARROIOS A NARRATIVA DA HISTÓRIA NA EXPOSIÇÃO DE LONGA DURAÇÃO	
<i>Maurício da Silva Selau</i>	
<i>João Paulo Corrêa</i>	
<i>Fabíola Pezenatto</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270913	
CAPÍTULO 14	157
REGISTROS FOTOGRÁFICOS DA HISTÓRIA DA MEDICINA	
<i>Ana Cláudia de Araújo Santos</i>	
<i>Daiane Silva Carvalho</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270914	
CAPÍTULO 15	170
PROCESSOS CRIMES DE INFANTICÍDIO: DISPUTA PELA VERDADE, PODER E SUJEITOS	
<i>Paula Ribeiro Ciochetto</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270915	

CAPÍTULO 16	180
A PRODUÇÃO DE VERDADES EM PROCESSOS CRIMINAIS DE VIOLÊNCIA CONTRA A VIDA: MALLET-PR 1913 A 1945	
<i>Júlio César Franco</i>	
<i>Hélio Sochodolak</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270916	
CAPÍTULO 17	200
RIQUEZA E SOCIEDADE NA COMARCA DE ARACAJU: UM ESTUDO SOBRE A DINÂMICA SOCIAL DA PRIMEIRA ELITE ARACAJUANA (1855-1889)	
<i>Bruna Morrana dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270917	
CAPÍTULO 18	211
SENSIBILIDADES DE UM ESPAÇO: SER UMA PRINCESA NA MODERNIZAÇÃO REPUBLICANA – FEIRA DE SANTANA 1940 A 1950	
<i>Cristiane Lima Santos Rocha</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270918	
CAPÍTULO 19	219
TRAFICO DE ESCRAVOS E FORMAÇÃO FAMILIAR NO TERMO DE SANTO ANTÔNIO DA BARRA – BA (1860-1888)	
<i>Célio Augusto de Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270919	
CAPÍTULO 20	228
ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES HISTÓRICAS PARA O COMPLEXO TERRENO EVANGÉLICO BRASILEIRO	
<i>Maralice Maschio</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270920	
CAPÍTULO 21	241
“DITADURA NO AR”: UMA VISÃO SOBRE A DITADURA CIVIL MILITAR	
<i>Lucas Marques Vilhena Motta</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270921	
CAPÍTULO 22	254
A PROVÍNCIA EM PRINCÍPIO, A FRONTEIRA POR MEIO E O IMPÉRIO POR FIM: NETO E CANABARRO NA GUERRA DO PARAGUAI (1864-1865)	
<i>Cesar Augusto Barcellos Guazzelli</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270922	
CAPÍTULO 23	265
ANÁLISE ICONOGRÁFICA DAS AÇÕES CIVICO-SOCIAIS DO EXÉRCITO NA FRONTEIRA BRASIL/ARGENTINA NA DÉCADA DE 1970	
<i>Ronaldo Zatta</i>	
<i>Ismael Antônio Vannini</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270923	

CAPÍTULO 24	276
AS DOZE QUESTÕES FUNDAMENTAIS DE KARL DEUTSCH E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS ENTRE IRÃ E EUA APÓS A REVOLUÇÃO IRANIANA DE 1979	
<i>David Anderson Zanoni</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270924	
CAPÍTULO 25	291
CONTEXTO POLÍTICO JURÍDICO BRASILEIRO DA IMPLEMENTAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS NA FAZENDA ANNONI	
<i>Simone Lopes Dickel</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270925	
CAPÍTULO 26	308
DISPUTAS POLÍTICAS NA PRIMEIRA REPÚBLICA BRASILEIRA: A CHEFIA DE ARTHUR BERNARDES NO <i>CIDADE DA VIÇOSA</i>	
<i>Natália Fraga de Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270926	
CAPÍTULO 27	318
CRIANÇA INDÍGENA NO BRASIL: O ESTADO DO CONHECIMENTO DA PRODUÇÃO ACADÊMICA NACIONAL	
<i>Epaminondas Reis Alves</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270927	
CAPÍTULO 28	326
A CAPOEIRA NOS SÉCULOS XIX E XX: DO PODER DISCIPLINAR AO SURGIMENTO DA SOCIEDADE REGULADORA	
<i>Jonatan dos Santos Silva</i>	
<i>Felipe Eduardo Ferreira Marta</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270928	
CAPÍTULO 29	337
A HISTÓRIA POLÍTICA APÓS 30 ANOS DA PUBLICAÇÃO ORGANIZADA POR RENÉ RÉMOND: POSSIBILIDADES ATUAIS DE PESQUISA TENDO COMO OBJETOS GETÚLIO VARGAS E LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA	
<i>Gabriel da Silva Ferreira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270929	
CAPÍTULO 30	349
A ELITE POLÍTICA DA BAHIA NO SÉCULO XIX: OS MEMBROS DO CONSELHO GERAL DE PROVÍNCIA (1828-1834)	
<i>Nora de Cassia Gomes de Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270930	

CAPÍTULO 31	364
A ESTRUTURA FÍSICA DOS CENTROS DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO – CASES COMO INSTRUMENTO DAS (IM) POSSIBILIDADES DE FAVORECIMENTO DE MOBILIDADE DO DESENVOLVIMENTO PESSOAL E SOCIAL DOS ADOLESCENTES E JOVENS PRIVADOS DE LIBERDADE NO ESTADO DE PERNAMBUCO	
<i>Maria Lucia Cavalcante</i>	
<i>Maria da Conceição Barros Costa Lima</i>	
<i>Laís Cavalcanti de Sá Nogueira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270931	
CAPÍTULO 32	373
A FERRO E FOGO: SIMBOLOGIA NA MARCAÇÃO DO GADO NOS CAMPOS DE PALMAS: 1887 – 1938	
<i>Fabiana Mathias Roncatto</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270932	
CAPÍTULO 33	384
A REINVENÇÃO DA NATUREZA: OS IMPACTOS DA INDÚSTRIA SUCROALCOOLEIRA EM GOIÁS	
<i>Rodrigo Jurucê Mattos Gonçalves</i>	
<i>Rayza Correa Alves Gonçalves</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270933	
CAPÍTULO 34	393
A IMPORTÂNCIA DO MUSEU ARQUEOLÓGICO E HISTÓRICO DE COXIM – MS COMO LINGUAGEM PEDAGÓGICA PARA O ENSINO DA HISTÓRIA LOCAL	
<i>Rosana Carla Gonçalves Gomes Cintra</i>	
<i>Douglas Proença de Santana</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270934	
SOBRE AS ORGANIZADORAS	403
ÍNDICE REMISSIVO	404

TRAFICO DE ESCRAVOS E FORMAÇÃO FAMILIAR NO TERMO DE SANTO ANTÔNIO DA BARRA – BA (1860-1888)

Célio Augusto de Oliveira

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia –
UESB

Departamento: Programa de Pós-Graduação em
Memória: Linguagem e Sociedade
Vitória da Conquista - BA

RESUMO: Neste texto analisa-se a influência do tráfico de escravos na formação e na estabilidade das relações familiares de escravos, no termo de Santo Antônio da Barra (atual município de Condeúba), no Sertão da Ressaca, área localizada na Serra Geral às margens dos rios Gavião e Condeúba, fronteira entre o Norte da Província de Minas Gerais e os sertões de Caetité e Rio de Contas, na Bahia, no período entre 1860 a 1888. Por meio de Livros de Notas de compra e venda de escravos, de inventários *post-mortem* e de Livros de Batismos, dá-se a aproximação do objeto estudado. As leituras bibliográficas e a análise das fontes documentais ajudaram a compreender a relação entre tráfico de escravos e família escrava na localidade.

PALAVRAS-CHAVE: Sertão da Bahia, Tráfico de escravos e Relações familiares.

**TRAFFICKING OF SLAVES AND FAMILY
FORMATION AT THE TERM SANTO
ANTÔNIO DA BARRA – BA (1860-1888)**

ABSTRACT: This paper analyses the influence of the slave trafficking the formation and stability of family relationship of slaves, in the term of Santo Antônio da Barra (current municipality of Condeúba), in the Sertão da Ressaca, an area located in Serra Geral on the banks of Gavião and Condeúba rivers, frontier between the North of the Province of Minas Gerais and the backwoods of Caetité and Rio de Contas in Bahia, in the period between 1860 and 1888. By means of Books of purchase and sale, *post-mortem* inventories and Books of Baptisms, we give the approximation of the object studied. The bibliographical readings and analysis of documentary source helped to understand the relationship between slave trade and slave family in the locality.

KEYWORDS: Sertão da Bahia, Slave trade and Family relationships.

**TRÁFICO DE ESCRAVOS E FORMAÇÃO
FAMILIAR NO TERMO DE SANTO ANTÔNIO
DA BARRA – BA (1860-1888)**

No texto que se segue analisa-se a influência do tráfico de escravos na formação e na estabilidade das relações familiares de escravos, no período entre 1860 a 1888, no termo de Santo Antônio da Barra (atual município de Condeúba), no Sertão da

Ressaca, área localizada na Serra Geral, às margens dos rios Gavião e Condeúba, fronteira entre o Norte da Província de Minas Gerais e os sertões de Caetité e Rio de Contas, na Bahia. O lugar, localizado na Mesorregião Centro Sul Baiano, dista 660 km da capital, Salvador (IBGE, 2008); e a sua extensão era equivalente a 20 léguas de leste a oeste, com mais de 30 mil habitantes (AGUIAR, 1979, p. 188).

Por meio de Livros de Notas de compra e venda de escravos, de inventários *post-mortem* e de Livros de Batismos, dá-se a aproximação do objeto estudado. As leituras bibliográficas e a análise das fontes documentais ajudaram a compreender a relação entre tráfico de escravos e família escrava na localidade.

O termo de Santo Antônio da Barra, até 1900, aproximadamente, tinha sob sua jurisdição uma vasta área, composta por fazendas e povoados que, no decorrer do século XX, foram se desmembrando, tornando-se juridicamente autônomos e transformaram-se nos atuais municípios: Condeúba, Cordeiros, Piripá, Tremedal, Presidente Jânio Quadros, Guajeru, Jacaraci, Maetinga e Caraíbas (NEVES, 2003, p. 19).

O fortalecimento da conquista e a intensificação do povoamento dessa localidade ocorreram em fins do século XVII, depois do enfraquecimento das minas no Norte de Minas Gerais, Rio de Contas e na Chapada Diamantina, na Bahia. Muitas famílias saídas dos garimpos, vindas de Salvador e de outras localidades, formaram currais e fazendas de gado nas beiras dos rios, se estabeleceram com seus agregados e escravos, promoveram agricultura diversificada e conexões comerciais. As riquezas conquistadas com a mineração e o comércio possibilitaram a formação de novos potentados, constituídos por fazendeiros, política e economicamente influentes, das localidades das lavras e da Serra Geral, legitimados pelos interesses da Coroa portuguesa.

Santo Antônio da Barra surge neste contexto. Em meados do século XVIII, a partir de um pequeno povoado, à margem direita do rio Gavião, espaço onde os moradores erigiram uma capela com o nome de Santo Antônio de Pádua. O lugar foi considerado estratégico por ser um entreposto que conectava as áreas de garimpo, intercambiando as rotas comerciais Sul, Sudeste, Centro-Oeste ao Nordeste. As conexões se fizeram por estradas e rios que interligavam os lugares mais distantes da colônia ao império português, espalhados pelos “quatro cantos do mundo”. As estradas antigas, construídas pelos sertanistas baianos, foram reformadas no século XIX e outras foram abertas com objetivo de ligar as vilas, cidades e províncias, o que demonstra como eram intensas as intermediações comerciais e culturais por todo sertão (TEIXEIRA, 1998, p. 23).

O início desse empreendimento se deu, aproximadamente, a partir de 1707, quando o sertanista Pedro Barbosa Leal encabeçou várias incursões, denominadas de “Entradas”, e conquistas pelo território de Itacambira seguindo os mesmos padrões da administração da Coroa portuguesa para as colônias, cujo objetivo era manter o controle sobre o fluxo de gentes e o descaminho das pedras e metais preciosos das

outras localidades de mineração. A presença de uma população heterogênea nessas áreas, que reunia povos indígenas e colonos, fez com que Leal, a mando da Coroa portuguesa, estabelecesse a primeira comarca da Vila de Jacobina, em 22 de junho de 1722, no interior da Bahia, área que abarcava Minas Novas, no Norte de Minas Gerais (COSTA, 1916, p. 239). Dessa forma, se deu a organização e o ordenamento das sociedades sertanejas.

O coronel Leal fundou a Vila de Nossa Senhora do Rio de Contas, localizada na Serra das Almas, na Chapada Diamantina, no ano de 1725, após instalar a administração na Vila de Jacobina, novamente por determinação do rei que em correspondência ao governador da Bahia diz: “logo no Rio de Contas uma vila com o seu magistrado, não só pelo que respeita a boa arrecadação dos quintos, mas pelo que toca a se evitar nos distúrbios e desordens que cometem aqueles moradores como refugiados” (ACCIOLLI, 1937, p. 358).

Leal e tantos outros, chamados de agentes integralizadores ou imersores, promoveram a interiorização da Metrópole e alicerçaram a conquista. A montagem dessa estrutura administrativa, muito bem articulada nas áreas de exploração do sertão, se constituiu parte das estratégias utilizadas pelo império português, em todos os pontos do globo onde manteve as suas colônias. Um beneficiário desse processo foi o português Capitão João Gonçalves da Costa, sertanista e ex-escravo que, em meados do século XVII, se estabeleceu como conquistador, proprietário de escravos e de terras no Sertão da Ressaca, próximo a Serra Geral. Nessa área, no início do século XIX, Costa ergueu a Imperial Vila da Vitória. Juntos, Mariz, Guimarães e Costa, subordinados ao governo português, “estruturaram os alicerces da conquista, construindo os mecanismos de controle metropolitano mediante a interiorização das instituições do estado português, num processo incessante de adaptabilidades” (IVO, 2012, p. 21), responsáveis pela conexão dos sertões ao mundo ultramarino.

Os sertões, sobretudo as áreas de concentração das minas, tornou-se espaço de interesse político e econômico. Pode-se constatar isso na história da colonização do Brasil, desde o século XVII, quando viajantes, exploradores e conquistadores empreendiam diversas ações de demarcação e ocupação das terras, abertura de caminhos, conquista e redução dos gentios, além de descobertas de minas, que inauguraram um novo circuito econômico e mercantil para europeus, africanos, luso-brasileiros e asiáticos, povos dos locais onde as colônias portuguesas estiveram presentes.

O desenvolvimento econômico e comercial do Brasil teve como suporte o uso da mão de obra escrava. A escravidão, a mineração, a pecuária, a agricultura e o comércio alargaram as fronteiras e contribuíram para a consolidação da colonização no interior do país (NEVES, 2012, p. 55).

O crescimento do comércio de escravos vindos do continente africanos foi, até a primeira metade do século XIX, o responsável pelo aumento do número de cativos nas áreas mineradoras de Rio de Contas, Chapada Diamantina e Norte de

Minas Gerais (KLEIN, 1987; PAIVA, 2001). Sem desconsiderar a existência do tráfico interno, anterior a esse período, observa-se que a partir de 1850, foi mais intenso o comércio ilegal de escravos de origem africana, com características mais dinâmicas, devido ao atrativo econômico que a região do Sudeste cafeeiro apresentava (MOTTA e MARCONDES, 2000; FLORENTINO, 1997; NEVES, 2000; ALMEIDA, 2012).

Conrad (1978, p. 64) reforça que quando o tráfico africano foi definitivamente proibido, a sociedade se ajustou à nova realidade, intensificando o tráfico interno de escravos.

Grande parte dos escravos traficados para o Sudeste, provenientes das regiões Norte/Nordeste, passou pelo sertão da Serra Geral, por ser uma área economicamente ativa e geograficamente estratégica, que interligava o Nordeste ao Sudeste e ao Sul, e as áreas mineradoras do país (NEVES, 2000, p. 98).

Nesse contexto, senhores de escravos e traficantes intensificaram os tráficos interprovinciais, intraprovinciais e/ou locais para aquisição de mais escravos, para as províncias do Rio de Janeiro, de São Paulo e Minas Gerais. Isso demonstra a importância do comércio como um mecanismo de reprodução da mão de obra para a manutenção/ampliação do contingente escravo. Esta é uma das perspectivas analíticas na qual a historiografia tem se debruçado para responder questões sobre o aumento da mão de obra cativa na segunda metade do século XIX. Outra, diz respeito ao aumento dos escravos por meio da reprodução natural, destacando a importância da família escrava (FREIRE, 2009). Essas possibilidades não se excluem, ao contrário, contribuem para a análise sobre a manutenção/ampliação do quadro de escravos.

Sobre o tráfico de escravos em Santo Antônio da Barra, no Sertão da Serra Geral, é possível afirmar que, no decorrer da segunda metade do século XIX, o percentual de escravos africanos diminuiu, consideravelmente, em decorrência da proibição do tráfico pelo Atlântico. No Quadro 1, abaixo, tem-se uma amostragem do padrão demográfico de 1.528 escravos que emergiram da análise dos inventários *post mortem*, do termo de Santo Antônio da Barra:

Naturalidade	1860	1870	1880	Total	%
África	56	29	0	85	5,56
Província da Bahia (Salvador)	0	5	21	26	1,69
Província de Minas Gerais	0	5	11	16	1,03
Cidade de Maragogipe	2	2	0	4	0,25
Vila de Caetité	1	14	11	26	1,69
Imperial Vila da Vitória	0	20	1	21	1,36
Vila de Santo Antônio da Barra	1	229	74	304	19,89
Freguesia da Boa Viagem e Almas (atual Jacaraci)	0	1	0	1	0,06
Freguesia do Bom Jesus dos Meiras (atual Brumado)	0	1	0	1	0,06
Freguesia do Brejo Grande	0	11	0	11	0,71
Freguesia das Lages	0	0	1	1	0,06
Freguesia de Maracás	0	1	0	1	0,06
Freguesia de Muritiba	0	1	0	1	0,06
Freguesia do Rio de Contas	0	3	1	4	0,25

Freguesia de Santa Isabel do Paraguaçu (atual Mucugê)	0	1	2	3	1,20
Freguesia da Serra do Morro	0	0	1	1	0,06
Não informa	452	542	28	1.101	72,05
Soma Geral	512	865	151	1.528	100

Quadro 1. População escrava de Santo Antônio da Barra em relação à nacionalidade africana e brasileira, entre 1860-1888

Fonte: Fórum Desembargador Jaime Bulhões - FDJB. Inventários de 1860 a 1888.

A configuração demonstrada no Quadro 1 aponta a nacionalidade dos escravos inventariados entre 1860 e 1888, pode ser considerada como parte do processo de construção social do Brasil, a partir da escravidão. Nota-se que 72,05% dos escravos não tiveram a naturalidade informada. Portanto, entende-se que eles tanto podem ter nascido no termo de Santo Antônio da Barra, quanto podem ter sido trazidos das áreas mineradoras do sertão da Bahia, do Norte de Minas Gerais e da Cidade de Salvador (capital da Bahia), a exemplo de alguns africanos registrados nos inventários. Sobre os escravos “brasileiros”, não é seguro afirmar de que freguesia são originários, porque um indivíduo poderia ser comprado várias vezes, em diferentes lugares, ou seja, o escravo poderia ter nascido em determinada freguesia ou província, ou ainda, ter sido comprado em qualquer lugar da Bahia, inclusive em vilas próximas ao termo, conforme demonstra o quadro.

Contudo, os 1.443 escravos nascidos no Brasil representavam a maioria da população cativa daquele termo, na segunda metade do século XIX, de acordo com a amostragem dos inventários. A presença de escravos africanos (85) nas décadas de 1860 e 1870 foi inferior à presença de escravos brasileiros, o que sugere a maior produção natural dos escravos. Nos inventários, nota-se que na década de 1860 foram encontrados 56 indivíduos, na década de 1870 foram 29 indivíduos e na década de 1880 não houve registro de indivíduos classificados como “africano”.

Pode-se constatar, pelo Quadro 1, que do total de 1.528 escravos identificados como africanos, crioulos, mestiços pardos e cabras, 304 indivíduos (19,90%) tinham nascido ali, o que sugere que os proprietários investiram na reprodução natural para o aumento e/ou manutenção da mão de obra cativa. Os demais nasceram em Minas Gerais (16), em Salvador (26), em Caetité (26), na Imperial Vila da Vitória (21), na Cidade de Maragogipe (4), na Freguesia do Brejo Grande (11), na Freguesia do Rio de Contas (4), na Freguesia de Santa Isabel do Paraguaçu (atual Mucugê) (3). Vindos das Freguesias de Boa Viagem e Almas, Bom Jesus dos Meiras (atual Brumado), Lages, Maracás, Muritiba e Serra do Morro, somaram-se seis (6) escravos.

Com o número de 16 indivíduos ou 1,03%, o Quadro 1 demonstra o intercâmbio com a província de Minas Gerais, num contexto em que o tráfico de escravos pelo Atlântico esteve praticamente abolido. O Recenseamento Imperial de 1872 apontou escravos provenientes de Alagoas, Pernambuco e Paraíba.

Vê-se que as informações dos inventários e do censo apontam o intenso comércio

interprovincialde escravos. Contudo, segundo a amostragem dos inventários, nas três últimas décadas do século XIX somou-se 101 escravos das várias localidades da província da Bahia vivendo em Santo Antônio da Barra, o que corresponde a 6,60%. Este percentual demonstra a prevalência do comércio intraprovincial.

Retomando a discussão sobre o aumento da mão de obra escrava na segunda metade do século XIX, em Santo Antônio da Barra se confirma a perspectiva da reprodução natural, mais do que do comércio, pois os dados da pesquisa apresentam, nas três décadas, a soma de 304 indivíduos, ou 19,89%, declarados nascidos no termo. Esses dados reforçam a hipótese da reprodução natural como forma de manutenção e/ou ampliação do quadro de escravos no Sertão da Serra Geral, tornando mais evidente a formação da família escrava, entendida não somente como a união formal e oficial, formada por pai, mãe, filhos, mas também pela união entre mãe e filhos, e entre a viúva ou o viúvo, os filhos e demais parentes.

Essa forma de organização da instituição familiar, sentida no estudo dos inventários e dos registros de casamento, esteve presente na composição da paisagem social do lugar. De modo geral, no Brasil, a “família escrava” também comportava as relações familiares de parentesco extenso, abarcando avôs, avós, tios, tias, primos e até amigos mais próximos, cujas considerações eram como a de um parente (SOUZA, 2007, p.255-256). Nesse entendimento, percebe-se que o casamento formal e o conceito de “família”, definido no Código Filipino, não foi uma regra nas relações estabelecidas entre a população escrava do termo.

Sobre os estudos da família escrava no contexto da Bahia, verifica-se que foram mais intensificados a partir da década de 1970, com variados temas, que contrariavam a visão tradicional e preconceituosa de que os cativos, por causa da sua condição, não eram capazes de constituir estabilidade matrimonial e, conseqüentemente, familiar. Mattoso, em seu estudo sobre a família baiana do século XIX, corrobora com a visão de que a “família escrava” seria essencialmente parcial – mulher e filhos, e que a união entre os escravos eram “simples acasalamentos para a satisfação de necessidades exclusivamente sexuais” (MATTOSO, 1992, p. 129-132). Nesse entendimento, o casamento e a vida familiar foram “raridades” que escaparam a toda documentação consultada por Mattoso.

Diferentemente da visão tradicional apresentada por Mattoso (1992), Oliveira (1988), em seus estudos sobre os africanos libertos, a partir de seus testamentos, no período de 1790 e 1890, na Bahia, comprovou a união conjugal e a formação de grupos familiares compostos de parentescos extensos, que não seguiam, necessariamente, os padrões oficiais impostos pelo Código Filipino.

Nesta perspectiva, este texto concorda com os estudos de Oliveira (1988), pois os estudos nos inventários, registros de casamentos cartoriais e paroquiais, do termo de Santo Antônio da Barra, onde aparecem casamentos de escravos, apontaram para o conceito de “família escrava”, com a prevalência da constituição da “família matrifocal”, ou seja, a organização familiar em que se destaca a valorização do papel

materno e são enfatizadas as relações entre mães e filhos, cabendo sempre às mães a tomada das decisões, características que contrastam com as uniões entre marido e mulher.

Na Tabela 1, abaixo, com dados dos inventários de 1860 a 1880, verificou-se que da soma de 1.528 escravos, entre homens e mulheres, 433 eram solteiros. Os casados oficialmente somaram 61 indivíduos e apenas 1 foi declarado viúvo. Os que não informaram o seu estado civil somaram 1.033 indivíduos. Esse último dado confirma o baixo índice de uniões oficializadas ou legitimadas entre a população escrava.

Estado civil	Soma	1860	%	1870	%	1880	%
Solteiros	433	030	5,86	289	33,41	114	75,50
Casados	061	001	0,20	054	06,25	006	03,98
Viúvos	001	000	0,00	001	0,11	000	0,00
Não informa	1.033	481	93,94	521	60,23	031	20,52
Total	1.528	512	100	865	100	151	100

Tabela 1. Estado civil da população escrava de Santo Antônio da Barra – 1860-1888

Fonte: FDJB. Inventários de 1860-1888.

De acordo com o Inventário *post-mortem* do Tenente Alípio Ferreira de Faria, em sua propriedade, por exemplo, havia 43 escravos, entre esses, oito famílias formadas por mães e filhos: a escrava Eva com suas filhas Cecília e Norberta; Justina e sua filha Vicência; Victoria com a ingênuo Gregória; Ângela com a ingênuo Júlia; Benedicta com três ingênuos; Messias com dois ingênuos; Francisca e Nicácia com seus filhos ingênuos. Essa modalidade foi predominante na maioria das propriedades brasileiras (FLORENTINO & GÓES, 1997).

Santos (2015, p. 92), nos estudos sobre a formação familiar na Imperial Vila da Vitória, no século XIX, apresentou resultados próximos aos encontrados em Santo Antônio da Barra. De acordo com o autor, dos 1.209 escravos arrolados nos inventários, 382 tinham idade menor de 15 anos, representando 31,60% do total de escravos. Na faixa etária até essa idade, havia mais homens do que mulheres. A exceção ficou para os escravos na faixa etária de 10 a 14 anos, que concentravam o percentual de 13,00% do total. O autor destaca que a superioridade numérica de homens em relação às mulheres se observou entre os adultos, com exceção das faixas etárias de 25 a 29, 50 a 54 e 35 a 39. Nessa última, as mulheres atingiram maior percentual, com 5,80%.

Sobre a faixa etária dos escravos do termo de Santo Antônio da Barra, percebe-se que dos 1.528 escravos arrolados nos inventários, 472 indivíduos tinham idade menor de 15 anos, que representa 30,89% de escravos. Nas faixas etárias até essa idade, em números absolutos, havia mais mulheres que homens, com exceção da faixa etária de 10 a 14 anos, que concentrava o maior número de escravos homens, 11,68%, enquanto o percentual de mulheres era de 10,68%. A superioridade numérica de homens se observa também entre os adultos de 15 a 24 anos, dos quais 170 eram

homens e 159 mulheres. Também nas faixas de 25 a 29 e de 50 a 54 anos, o número de homens foi superior, com 0,65% a mais. Já na faixa etária de 35 a 39 anos, o número de mulheres, 49 ou 6, 63%, foi superior ao de homens, 49 indivíduos ou 5,08%.

Os dados na Imperial Vila da Vitória, bem como os do termo de Santo Antônio da Barra, corroboram com as hipóteses de reprodução natural para a manutenção e/ou ampliação da posse de escravos e de formação da família matrifocal estável. Embora o tráfico de escravos tivesse interferido na estabilidade das relações familiares, não houve ruptura total da ligação entre os entes. Em estudo sobre a escravidão nas comarcas de Caetité e Rio de Contas, entre os anos de 1860 a 1920, Pires (2009, p. 117) explica que a presença de famílias escravas no sertão baiano apresenta “um número maciço de crianças nascidas e criadas por famílias de igual trajetória. Outros números indicam equilíbrio entre os sexos e aludem para a formação de famílias estáveis”, apesar do tráfico. Pires (2009, p. 440) afirma que “muitos senhores, talvez temendo a revolta e buscando evitar maiores complicações, negociavam todos os membros de uma família ou os conservavam na região”.

Considera-se que o tráfico de escravos foi bastante intenso nas áreas do Sertão da Serra Geral, onde se localizava o termo de Santo Antônio da Barra, no decorrer da segunda metade do século XIX. Neste lugar se estabeleceu uma população bastante heterogênea, formada a partir da população na qualidade de indígenas, africanos, crioulos e mestiços cabras e pardos; na condição de escravos, forros e livres brancos e/ou mestiços. Mesmo que o tráfico fosse intenso nessa área, houve o predomínio da formação familiar, entendida como a estabilidade dos laços de parentesco, que garantiam o contato e alguma forma de aproximação entre os entes. A análise dos documentos e as bibliografias possibilitaram perceber as relações cotidianamente estabelecidas por esses sujeitos. Esses fatos, entre outros, como já dito, corroboraram para a produção natural, sistematicamente incentivada para a manutenção e/ou a posse escrava, por muitos proprietários dos sertões da Bahia e de outras províncias.

REFERÊNCIAS

ACCIOLI, Ignácio. **Memórias e políticas da província da Bahia**. Anotações de Braz do Amaral. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1937.

AGUIAR, Durval Vieira de. **Descrições práticas da Província da Bahia**: com declaração de todas as distâncias intermediárias das cidades, vilas e povoações. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL, 1979.

ALMEIDA, Kátia Lorena Novais. **Escravos e Libertos nas minas do Rio de Contas** – Bahia, século XVIII. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas: UFBA, 2012.

COSTA, Afonso. “**Minha Terra: Jacobina de antanho e de agora**”. Anais do 5º Congresso Brasileiro de Geografia. Vol. II, 1916.

FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras**: Uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio

de Janeiro, século XVIII e XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____; GÓES, José Roberto. **A paz das senzalas**: famílias escravas e tráfico atlântico. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FARIA, Tenente Alípio Ferreira de. Inventário nº 527 de 1879. Fonte: FDJB.

FREIRE, Jonis. **Escravidão e família escrava na Zona da Mata Mineira Oitocentista**. Tese (Doutorado em História). Campinas: UNICAMP, 2009.

IVO, Isnara Pereira. **Homens de Caminho**: trânsitos culturais e cores nos sertões da América portuguesa. Século XVIII. Vitória da Conquista, BA: Edições UESB, 2012.

KLEIN, Hebert. **Escravidão africana**: América Latina e Caribe. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MATTOSO, Kátia M. de Queiroz. **Bahia, século XIX**: uma província no Império. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MOTTA, José Flávio e MARCONDES, Renato Leite. **O comércio de escravos no Vale do Paraíba paulista**: Guaratinguetá e Silveiras na década de 1870. Estudos Econômicos. São Paulo: IPE/USP. 2000. p. 267-299.

NEVES, Eivaldo Fagundes. **Sampauleiros traficantes**: comércio de escravos do Alto Sertão da Bahia para o Oeste cafeeiro paulista. Revista Afro-Ásia (2000). p. 97-128.

_____. **Posseiros, rendeiros e proprietários**: estrutura fundiária e dinâmica agromercantil no Alto Sertão da Bahia (1750-1850). Tese de Doutorado. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2003.

_____. **Escravidão, pecuária e policultura**: Alto Sertão da Bahia, século XIX. Feira de Santana: UEFS Editora, 2012.

OLIVEIRA, Maria Inês Cortes. **O liberto**: o seu mundo e os outros. São Paulo: Corrupio, 1988.

PAIVA, EADUARDO França. **Escravidão e universo cultural na colônia**: Minas Gerais, 1716-1789. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001.

PIRES, Maria de Fátima Novaes. **Fios da Vida**: tráfico internacional e alforrias nos Sertões de Sima – BA (1860-1920). São Paulo: Annablume, 2009.

SOUZA, Sonia Maria de. **Terra, família, solidariedade...**: estratégias de sobrevivência camponesa no período de transição – Juiz de Fora (1870-1920). Bauru: EDUSC, 2007.

TEIXEIRA, José Cid. **Bahia, caminhos..., estradas..., rodovias...: notas para a história**. Salvador: EGBA, 1998.

SOBRE AS ORGANIZADORAS

Denise Pereira - Mestre em Ciências Sociais Aplicadas, Especialista em História, Arte e Cultura, Bacharel em História, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Cursando Pós-Graduação Tecnologias Educacionais, Gestão da Comunicação e do Conhecimento. Atualmente Professora/Tutora Ensino a Distância da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e professora nas Faculdade Integradas dos Campos Gerais (CESCAGE) e Coordenadora de Pós-Graduação

Elizabeth Johansen - Licenciada em História, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, especialista em História e Região, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, mestre em História, pela Universidade Federal do Paraná e doutora em Geografia, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Professora adjunta do Departamento de História da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Aracaju 8, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 381

Arquitetura 5, 120, 121, 122, 123, 125, 126, 129, 130, 131, 134, 135, 253, 369, 370, 371, 372

Arte 5, 7, 58, 59, 72, 73, 77, 106, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 117, 118, 119, 120, 169, 178, 216, 241, 252, 396, 398

C

Capuchinhos 97, 100, 102

Centro cultural castrolanda 7, 132, 135

Colégio imaculada conceição 6, 89, 93

Cultura 1, 10, 12, 13, 14, 18, 25, 26, 42, 43, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 55, 56, 57, 58, 60, 65, 72, 73, 75, 76, 77, 78, 80, 82, 83, 84, 87, 94, 102, 107, 110, 114, 117, 118, 120, 121, 123, 124, 128, 129, 130, 134, 136, 149, 150, 151, 152, 155, 156, 178, 184, 186, 200, 215, 217, 230, 231, 263, 265, 320, 321, 323, 324, 327, 332, 333, 358, 361, 368, 375, 380, 386, 396, 397, 398, 399, 401

D

Discurso 10, 13, 14, 30, 39, 40, 59, 98, 100, 106, 115, 137, 141, 170, 175, 180, 181, 185, 189, 190, 191, 192, 197, 198, 232, 255, 258, 284, 327, 328, 329, 330, 335, 338, 339, 343, 345, 346, 386, 388, 389

Documento 31, 69, 96, 138, 140, 157, 158, 159, 160, 161, 168, 169, 172, 176, 187, 190, 192, 293, 297, 300, 344, 358, 369

E

Educação 1, 8, 9, 11, 12, 14, 48, 49, 51, 54, 56, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 98, 99, 100, 106, 107, 108, 132, 134, 137, 151, 153, 200, 203, 228, 279, 281, 307, 312, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 335, 343, 345, 358, 364, 368, 386, 393, 399, 401, 402

Ensino de história 50, 51, 55, 401, 402

Escravidão 2, 4, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 35, 36, 51, 221, 223, 226, 227, 327, 382

Estudos organizacionais 1, 2, 3, 6, 11

Eurocentrismo 1, 2, 5, 12

F

Feira de santana 8, 211

Filosofia-teológica 97

Fotografias médicas 157

Foucault 5, 175, 178, 180, 181, 185, 186, 187, 189, 194, 198, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 335

Fronteiras 2, 10, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 33, 36, 58, 94, 108, 109, 110,

116, 117, 118, 120, 197, 221, 254, 255, 256, 257, 259, 270, 278, 321

G

Giro decolonial 5

H

História 1, 3, 4, 15, 16, 19, 20, 24, 25, 26, 27, 28, 35, 37, 38, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 65, 67, 68, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 84, 86, 87, 88, 89, 90, 96, 97, 98, 102, 103, 104, 106, 107, 108, 110, 118, 120, 121, 124, 125, 126, 129, 130, 132, 134, 135, 138, 142, 143, 144, 145, 149, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 160, 168, 171, 175, 176, 178, 179, 180, 181, 182, 184, 185, 186, 187, 190, 197, 198, 201, 203, 206, 210, 211, 221, 226, 227, 229, 230, 233, 237, 239, 241, 243, 244, 245, 246, 252, 253, 254, 263, 265, 267, 274, 280, 286, 289, 291, 306, 307, 313, 317, 320, 321, 324, 326, 328, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 342, 345, 346, 347, 348, 349, 352, 363, 374, 375, 381, 382, 383, 384, 393, 394, 395, 397, 398, 399, 400, 401, 402

História da violência 180, 181, 198, 335

I

Infanticídio 7, 170, 171, 174, 175, 176, 177, 178, 183, 191, 322, 324

Intertextualidade 15, 167

Intervenção 3, 32, 120, 122, 124, 126, 128, 129, 130, 262, 267, 269, 297

L

Literatura 5, 6, 13, 14, 15, 16, 21, 55, 58, 72, 77, 81, 82, 115, 231, 238, 320, 338, 395

M

Manuais de ensino 7, 97, 98, 105

Memória 6, 16, 21, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 65, 66, 67, 68, 72, 73, 76, 86, 120, 123, 129, 132, 134, 135, 136, 138, 139, 140, 143, 144, 145, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 176, 177, 183, 198, 199, 215, 216, 219, 241, 245, 246, 253, 274, 314, 326, 327, 335, 354, 362, 363, 395, 397, 398, 401

Moda 7, 82, 108, 109, 110, 111, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 395

Modernização 8, 99, 125, 201, 211, 213, 215, 216, 217, 288, 293, 297, 298, 307, 312, 316, 381, 387, 391, 392

Montes claros 6, 89, 92

Museologia 5, 132, 138, 143, 145, 153, 155, 156, 157, 397

Museu 7, 10, 128, 130, 132, 135, 136, 137, 138, 139, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 150, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 310, 361, 393, 395, 396, 397, 398, 399, 400, 401, 402

N

Narrativa 7, 15, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 49, 86, 87, 100, 103, 104, 106, 109,

110, 134, 135, 141, 143, 145, 152, 154, 155, 156, 173, 211, 212, 241, 242, 243, 245, 246, 248, 249, 252, 338

P

Passado 1, 17, 38, 39, 40, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 60, 61, 65, 66, 72, 73, 74, 76, 77, 79, 80, 86, 87, 103, 107, 125, 129, 130, 134, 150, 151, 155, 156, 173, 178, 185, 216, 247, 248, 256, 258, 268, 270, 278, 295, 296, 341, 344, 345, 355, 369, 385, 397

Patrimônio 17, 23, 34, 120, 122, 123, 124, 125, 129, 130, 131, 132, 138, 144, 145, 152, 153, 200, 202, 383, 396, 397, 401

Pensamento 1, 3

Poder 1, 2, 3, 4, 6, 7, 11, 13, 14, 20, 28, 31, 40, 46, 49, 52, 53, 54, 61, 65, 68, 72, 79, 91, 93, 95, 98, 100, 102, 114, 124, 129, 146, 149, 151, 170, 171, 177, 178, 180, 182, 183, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 194, 196, 197, 198, 199, 213, 217, 231, 258, 260, 262, 266, 274, 279, 281, 283, 285, 287, 289, 297, 304, 305, 306, 311, 312, 313, 314, 316, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 339, 347, 349, 350, 351, 357, 359, 361, 362, 363, 371, 373, 381, 386, 387, 399

R

Relações familiares 219, 224, 226, 257

Relações sociais 25, 27, 35, 75, 99, 177, 213, 217, 350

Riqueza 8, 7, 25, 59, 163, 176, 200, 201, 203, 206, 209, 281, 283, 328, 350

S

Século XIX 9, 203, 349

Sociabilidades 211, 215, 217, 370

Sociedade 2, 3, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 18, 20, 25, 28, 32, 33, 35, 43, 45, 49, 59, 60, 61, 62, 65, 66, 71, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 83, 86, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 99, 102, 106, 110, 115, 121, 125, 132, 138, 156, 167, 171, 172, 174, 175, 176, 177, 178, 180, 181, 183, 184, 185, 187, 188, 189, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 200, 201, 202, 212, 213, 216, 219, 222, 235, 236, 239, 245, 280, 289, 292, 293, 294, 296, 297, 298, 299, 300, 303, 304, 306, 312, 313, 321, 324, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 344, 346, 347, 349, 350, 353, 363, 366, 367, 370, 371, 377, 378, 383, 392, 393, 397, 399, 400

Sujeitos 7, 9, 11, 47, 48, 50, 51, 52, 54, 55, 59, 156, 170, 171, 175, 177, 180, 183, 185, 186, 187, 188, 197, 212, 214, 226, 229, 256, 257, 291, 302, 306, 312, 313, 321, 322, 339, 350, 351, 397, 401

T

Tráfico de escravos 51, 219, 220, 222, 223, 226

V

Verdade 7, 10, 24, 32, 45, 49, 51, 53, 55, 58, 59, 65, 67, 70, 73, 102, 105, 111, 158, 170, 171, 172, 173, 175, 176, 178, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 189, 190,

191, 192, 193, 195, 196, 197, 198, 241, 244, 245, 252, 258, 298, 315, 327, 328, 332,
333, 335, 339, 371, 377, 388, 391

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-650-8

